

A interdisciplinaridade para a resolução de problemas em políticas públicas¹

Heber Silveira Rocha²

Este texto analisa a importância da interdisciplinaridade para resolução de problemas em políticas públicas tanto na produção teórica do campo, como na atuação profissional. O surgimento do campo de políticas públicas desde Harold Laswell (1936) nos EUA surgiu dentro da perspectiva interdisciplinar, por articular diferentes áreas do conhecimento para compreender como a Administração Pública compreendia os problemas da sociedade, e como formulava e desenhava ações.

Dessa forma, diferentes perspectivas teóricas foram mobilizadas no desenvolvimento da *policy science* (análise de políticas públicas), como a sociologia, antropologia, a ciência política, a administração, pedagogia, economia, geografia urbana, etc. Os pesquisadores dessas diferentes áreas do conhecimento tentam explicar as relações entre Estado, política, economia e sociedade e partilham o interesse comum tem contribuído para os avanços teóricos e empíricos sobre a gestão das políticas públicas.

Esse esforço de articular conhecimentos produzidos em diferentes campos do conhecimento - denominado interdisciplinaridade - é um contraponto ao processo de departamentalização do conhecimento que ocorreu ao longo do século XX. Edgar Morin, em seu clássico livro “Os sete saberes necessários à Educação do Futuro” (2000) critica a hiperespecialização do conhecimento por meio das disciplinas ao longo do século XX e propõe como alternativa a integração dos saberes para ter uma visão geral dos problemas existentes na humanidade.

As situações-problemas demandam propostas de resolução integradas, por isso a importância da interdisciplinaridade, pois o olhar deve ser o mais articulado

¹ Texto publicado na plataforma digital do GETIP Grupo de Estudos sobre Tecnologia e Inovação na Gestão Pública/EACH-USP. Disponível em <http://www.getip.net.br>.

² Professor substituto da EACH-USP no curso de Gestão Ambiental. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela EACH-USP. Mestre em Administração Pública pela FGV-SP. Doutor em Ciência Política pela IFCH-UNICAMP.

possível. Esta postura passa também pela formulação de políticas públicas em uma sociedade cada vez mais complexa.

Este trabalho está dividido do seguinte modo. A primeira parte versará sobre os limites e os problemas da hiperespecialização das disciplinas no século XX. A segunda seção discutirá a interdisciplinaridade como uma proposta político-pedagógica para articular o conhecimento. A terceira seção abordará a contribuição da interdisciplinaridade para a resolução de problemas. A quarta seção discute como as políticas públicas atuais para serem efetivas devem ser orientadas para a resolução de problemas

1. Os limites e os problemas da hiperespecialização das disciplinas no século XX

Um dos grandes desafios postos no mundo contemporâneo é a necessidade de promover o conhecimento capaz de apreender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais.

A hiperespecialização impede tanto a percepção do global (que ela fragmenta em parcelas), quanto do essencial (que é dissolvido). Impede de tratar corretamente os problemas rotineiros, que só podem ser propostos e pensados em seu contexto. Entretanto, os problemas essenciais nunca são parcelados e os problemas globais são cada vez mais essenciais.

Enquanto a cultura geral comportava a incitação à busca da contextualização de qualquer informação ou ideia, a cultura científica e técnica disciplinar parcela, divide e compartimenta os saberes, tornando-o cada vez mais difícil sua contextualização.

Ao mesmo tempo, o recorte das disciplinas impossibilita apreender o que está junto, isto é, segundo o sentido original do termo, o complexo.

O conhecimento especializado é uma forma particular de abstração. A especialização “abstrai”, isto é, retira o problema de seu contexto social, político,

cultural e econômico. Dessa forma, rejeita os laços e as interconexões com seu meio, introduz o objeto no setor conceitual abstrato que é o da disciplina compartimentada.

Até meados do século XX, as ciências obedeciam ao princípio de redução que limitavam o conhecimento do todo ao conhecimento de suas partes, como se a organização do todo não produzisse qualidades ou propriedades novas em relação às partes consideradas isoladamente.

O princípio de redução leva naturalmente a restringir o complexo ao simples. Assim, aplica às complexidades vivas e humanas a lógica determinista de uma especialização artificial. Pode também cegar e conduzir a excluir tudo aquilo que não seja quantificável e mensurável, eliminando, dessa forma, o elemento humano do humano, isto é, paixões, emoções, dores e alegrias.

Como nossa educação nos ensinou a separar, compartimentar, isolar e, não, a unir os conhecimentos, o conjunto deles constitui um quebra-cabeças ininteligível.. Os grandes problemas humanos desaparecem em benefício dos problemas técnicos particulares. A incapacidade de organizar o saber disperso e compartimentado conduz à atrofia da disposição mental natural de contextualizar e de globalizar.

A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional. É uma inteligência míope que acaba por ser normalmente cega. Destrói no embrião as possibilidades de compreensão e de reflexão, reduz as possibilidades de julgamento corretivo ou da visão a longo prazo. Por isso, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior é a incapacidade de pensar sua multidimensionalidade; quanto mais a crise progride, mais progride a incapacidade de pensar a crise; mais os problemas se tornam planetários, mais eles se tornam impensáveis. Incapaz de considerar o contexto e o complexo planetário, a inteligência cega torna-se inconsciente e irresponsável.

Os avanços disciplinares das ciências não trouxeram apenas as vantagens da divisão do trabalho, trouxeram também os inconvenientes da superespecialização, do parcelamento e da fragmentação do saber.

Este tornou-se mais e mais esotérico (acessível apenas aos especialistas) e anônimo (concentrado nos bancos de dados e utilizado por instâncias anônimas, a começar pelo Estado).

Da mesma forma, o conhecimento técnico está reservado aos especialistas, cuja competência em uma área fechada é acompanhado de incompetência quando esta área é parasitada por influências externas ou modificada por algum acontecimento novo.

Nessas condições, o cidadão perde o direito ao conhecimento. Tem o direito de adquirir conhecimento especializado ao fazer estudos ad hoc, mas é despojado na qualidade cidadão, de qualquer ponto de vista global e pertinente.

A transmissão da fragmentação do saber na prática educativa reflete e ao mesmo tempo responde aos processos conflituosos e contraditórios do mundo do trabalho e da própria produção do conhecimento científico que com o advento da ciência moderna, passou por um profundo processo de esfacelamento em função da multiplicação crescente das ciências, cujo desenvolvimento se fez às custas da especialização (Japiassú, 1976).

2. A interdisciplinaridade como uma proposta político-pedagógica para articular o conhecimento

A interdisciplinaridade vem como uma resposta à fragmentação do saber do século XX. É válido lembrar que os clássicos das ciências sociais do final do século XIX e início do século XX, Max Weber, Karl Marx e Émile Durkheim - eram pensadores que não se enquadravam em caixinhas de conhecimento. Marx não tratava somente de economia, tão pouco somente de filosofia, ou de política. Sua obra era de uma grande perspectiva interdisciplinar que transitava por diferentes áreas do conhecimento.

Embora dito e redito que a ciência moderna tem como inerente à sua própria instituição os métodos analíticos de Galileu e Descartes, é sempre bom lembrar que no pensamento deste último está presente o desejo de reconstituição da totalidade e a necessidade das conexões entre as ciências, como era defendido pelo Iluminismo no século XVIII (Pombo, 1994).

No final do século XIX, as ciências haviam se dividido em muitas disciplinas e a busca pela interação entre estas disciplinas ecoa forte no sentido de promover um diálogo entre elas. Na Educação, a preocupação com formas e maneiras de atender ao apelo a uma integração e interação entre as ciências, sob as quais essa prática social se constrói, ocorre de maneira mais nítida, no início do século XX.

Nesse caminho, outros conceitos ganham força, dentre eles a transdisciplinaridade. Para **Piaget (1981, p.52)**, a interdisciplinaridade pode ser entendida como o “intercâmbio mútuo e integração recíproca entre várias ciências”. A interdisciplinaridade, para o autor, é uma interação entre as ciências, que deveria conduzir à transdisciplinaridade, sendo esta última, concepção que se traduz em não haver mais fronteiras entre as disciplinas. **Piaget aposta na transdisciplinaridade, entendida como integração global das ciências, afirmando ser esta uma etapa posterior e mais integradora que a interdisciplinaridade, visto que, segundo o autor, alcançaria as interações**

entre investigações especializadas, no interior de um sistema total, sem fronteiras estáveis entre as disciplinas.

Atualmente, a interdisciplinaridade continua seu caminho pela (re)construção do conhecimento unitário e totalizante do mundo frente à fragmentação do saber. Na escola, essa noção é materializada em práticas e reflexões como a integração de conteúdos e a interação entre ensino e pesquisa.

Do ponto de vista da diretriz de política governamental, o Ministério da Educação por meio dos **Parâmetros Curriculares Nacionais (1999)** procura orientar quanto a atitudes e ações interdisciplinares.

De acordo com **Kaveski** (2005, p.128, grifos meus) “a interdisciplinaridade é entendida no PCN do ensino médio como função instrumental, ‘a de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista’ a partir ‘de uma abordagem relacional’...”.

A busca pela integração e interação entre as diferentes áreas de conhecimento e/ou disciplinas tem de estar atenta para o grau de autonomia necessário a cada uma delas. Há que se ter, portanto, cuidado com a armadilha positivista (que apresenta aí marcas da sua ambigüidade, pois foi o positivismo significativo na fragmentação do saber) quando afirma que as diferentes áreas da ciência podem ser analisadas e compreendidas sob o mesmo método e/ou sob a mesma lógica.

Deve ainda a interdisciplinaridade estar atenta para a relação forma e conteúdo dentro de uma mesma disciplina no que tange aos níveis de complexidade do conhecimento, de grande importância para a prática educativa. A interdisciplinaridade pode se materializar nas metodologias de ensino, no currículo e na produção de políticas públicas.

3. A contribuição da interdisciplinaridade para a resolução de problemas

A resolução de problemas no ensino de políticas tem sido a tônica no currículo do curso de formação e Gestão de Políticas Públicas da EACH por meio da disciplina de Resolução de Problemas (RP); na qual grupos de 12 alunos são orientados por um docente, cuja missão é desenvolver um projeto para explorar um problema definido por eles com base em um tema comum.

Se pensarmos especificamente no construto "resolução de problemas", podemos situá-lo em **três perspectivas teóricas** e metodológicas bastante distintas (Berbel, 1998; Cyrino & Toralles-Pereira, 2004).

Identificada com as idéias da Escola Nova de Dewey, essa estratégia pode ser sinônimo de "aprendizagem baseada em problemas", ou abordagem *Problem-Based Learning* (PBL), a qual surgiu e se desenvolveu no seio das escolas médicas americanas a partir da década de 1960.

Em outra frente, **resolução de problemas** poderia ser entendida como o passo da problematização preconizada por Paulo Freire, sendo, portanto, parte de um processo mais complexo de integração da prática e da reflexão para libertação do indivíduo.

A resolução de problemas, em uma **terceira perspectiva**, poderia associar-se à atividade científica, ou seja, às estratégias utilizadas por investigadores para a produção de conhecimento científico.

Essas diferentes perspectivas não podem ser tomadas simplesmente como sinônimos, pois em cada uma delas a resolução de problemas cumpriria com um papel diferente, funcionando, assim, como um conceito que fundamenta determinada estratégia didática com justificativas teóricas e práticas diferentes.

Na EACH, a disciplina Resolução de Problemas possui características dessas diferentes abordagens, o que pode, de novo, funcionar como alavanca para a formação de gestores públicos. Para explicitar mais claramente esta ponderação, faz-se necessário apresentar, ainda que sucintamente, as três perspectivas citadas antes de retomar a questão.

Resolução de problemas na perspectiva da PBL

Problem-Based Learning (PBL) consiste em um método de ensino nascido em meados da década de 1960 na escola médica da Universidade McMaster. A grande vantagem dessa abordagem é a proposição de situações sobre as quais os estudantes podem refletir, usando obrigatoriamente conhecimentos de diferentes disciplinas e treinando o raciocínio para elencar diferentes hipóteses diagnósticas, o que permite desenvolver procedimentos-padrão e simular a tomada de decisão.

Para resolver os problemas propostos pelos tutores, os alunos explicitam suas hipóteses e conhecimento prévio, buscam informações em livros-texto e, com auxílio do tutor e colegas de trabalho, refutam as soluções menos prováveis, **elaborando explicações para o fenômeno observado com a utilização dos conceitos e conhecimentos de diferentes disciplinas**.

Na discussão sobre o caso, são inseridas novas informações, quando requeridas, até que o grupo defina um diagnóstico e liste os procedimentos para tratamento.

Sob o ponto de vista da psicologia cognitiva, existem evidências de que o uso da abordagem PBL oferece uma série de condições para aprendizagem de conhecimento factual e habilidades de raciocínio que conferem maior competência ao profissional.

O primeiro aspecto positivo dessa abordagem é a aprendizagem conceitual no contexto em que o conhecimento será utilizado; a segunda é a explicitação do conhecimento prévio do estudante que facilita a acomodação de conhecimentos novos e, por fim, o estudante se apropria de exemplos que podem servir de modelos ou padrões para solução de outros problemas semelhantes e, com isso, ele constrói uma rede de conceitos e modelos de ação **(Boud & Feletti, 1997)**.

4. A interdisciplinaridade para a resolução de problemas em políticas públicas

No Brasil, especialmente após a redemocratização, os processos de produção de políticas públicas são cada vez mais complexos. Envolvem diversidade temática, grande número de atores estatais e não estatais em intrincados padrões de interação e processos decisórios que se desenvolvem em distintas arenas, com consequências para públicos distintos.

Construir modelos de análise para compreender a produção de políticas públicas, desde os processos decisórios até a implementação e a avaliação, não é uma tarefa trivial. Isso implica, no plano analítico, modelos explicativos que combinem distintas contribuições disciplinares por meio da articulação coerente de variados arsenais teóricos e metodológicos, para além de macroexplicações por vezes superficiais.

Como compreender melhor os atores, as instituições e as dinâmicas envolvidos na produção das políticas públicas senão a partir de múltiplos olhares disciplinares? No livro “A política pública como campo multidisciplinar” (2013) Carlos Aurélio Faria e Eduardo Marques promovem um necessário cruzamento de olhares analíticos sobre as políticas públicas, ainda que contribuições de outros campos disciplinares importantes, como a economia, tenham ficado de fora.

Por um lado, o livro contribui para a articulação de algumas das principais matrizes analíticas e agendas de pesquisa desenvolvidas por campos disciplinares mais diretamente relacionados com a análise de políticas, como a ciência política e a administração pública. Por outro, somos surpreendidos pelas fecundas possibilidades de interpretação oriundas de campos disciplinares que não estão, necessariamente, voltados para a explicação das ações estatais, tais como antropologia e psicologia social

Após a Constituição de 1988, muitos atores passaram a ter um papel proeminente na formulação e implementação de políticas, tais como as agências estatais, burocracias, instituições e atores da sociedade civil, por vezes de forma

isolada, ou às vezes em configurações de atores em interação, assim como o papel das ideias na produção das políticas (Haas, 1992; Kingdon, 1985; Baumgartner e Jones, 1993; Sabatier, 1993).

Os desafios das políticas públicas no século XXI no Brasil são imensos, sobretudo por ser um país diverso, federativo e com tamanho continental, sendo os principais: financiamento das políticas públicas por meio do debate orçamentário e tributário (PERES e SANTOS, 2020); governança multinível para implementar políticas públicas em um país federativo com participação dos atores sociais (Marques, 2013; Lascoumes e Le Galès, 2012; BICHIR, 2018); relações intergovernamentais e federativos (Arretche, 2012; Abrucio 2005); a ampliação de canais de participação, alargando os conceitos de cidadania (Tatagiba, 2002, 2004; Teixeira, 2000; Lüchmann, 2007; Avritzer, 2002, 2003, 2009; Sanchez, 2004; Wampler, 2007; Lavallo; Houtzager; Castello, 2006) e; o grande tema da agenda nacional que é como enfrentar as desigualdades existentes, não somente a monetária (Arretche, 2015).

A literatura de políticas públicas em âmbito internacional vem se consolidando nos últimos 30 anos, embora a tradição deste campo remonte à década de 1940 com os autores H. **Laswell**, H. **Simon**, C. **Lindblom** e D. **Easton**. A contribuição original de Lasswell (1951) introduziu a expressão *policy analysis* (análise de políticas públicas), que relaciona as *policy sciences* ao fortalecimento da democracia. O estudo sobre como os problemas são construídos e entendidos nas comunidades políticas apontam para uma importante relação entre a definição de problemas e a teoria democrática.

A partir da década de 1980 e 1990 os modelos teóricos de análise de políticas públicas vêm ganhando densidade teórica com lente de médio alcance para compreender as diferentes nuances da administração pública. A literatura de análise de políticas públicas aplicações de distintos modelos e approaches de *agenda-setting* e *policy change*, como o de Múltiplos Fluxos, do Equilíbrio Pontuado, Coalizões de Defesa, Narrative approach e Policy Learning (BAUMGARTNER; JONES, 1993; SABATIER e WEIBLE; 2007; KINGDON, 2003).

Os três principais modelos vigentes na literatura internacional: Múltiplos fluxos (Kingdon, 2003), Modelo de equilíbrio pontuado (Baumgartner e Jones, 1993); e o Modelo de Coalizão de Defesa (Sabatier, 1993); embora analisem de forma distinta o papel do processo político, tem em comum compreender o papel dos atores, instituições e ideias em formular, implementar e avaliar as políticas públicas.

Dessa forma, conceitos de subsistemas, redes e comunidades de políticas públicas vêm sendo incorporados nos modelos mais recentes de análise de políticas públicas no Brasil.

O modelo de **Kingdon (2003)**, múltiplos fluxos, analisa o estabelecimento de agenda, isto é, como e quando um tema entra na agenda governamental, por meio de três fluxos - problemas, alternativas e política. O conceito de comunidade de políticas (*policy community*) recebe especial ênfase, particularmente em processos de definição de alternativas, para articular a análise da produção de políticas públicas, inclusive no Brasil. Segundo Capella (2014), grande intérprete e difusora no Brasil de Kingdon, do modelo de múltiplos fluxos está sendo muito utilizado pela literatura nacional para compreender como os grandes temas adentram nas agendas seja no governo federal, nos estados e, sobretudo nos municípios.

No modelo de **Sabatier e Jenkins-Smith (1993)**, Coalizões de Defesa, os subsistemas são compostos de diversas coalizões, formadas por atores governamentais e não governamentais. As coalizões contemplam os especialistas, suas ideias e crenças e ainda os interesses dos grupos em disputa. Como afirmam Baumgartner e Jones (1993), a construção da imagem da política (*policy image*) é sustentada por monopólios de atores com suas visões. Tal monopólio representa as ideias que sustentam os arranjos institucionais, contribuindo para que a compreensão da política seja feita de forma simples e direta entre os membros de um determinado subsistema. A criação e a permanência de um monopólio de determinada política pública está vinculada à criação e à manutenção de uma imagem de política de apoio (BAUMGARTNER; JONES, 1993, p. 26).

Os interesses e crenças também constituem a base dos monopólios de políticas, no modelo de Equilíbrio Pontuado de **Baumgartner e Jones (1993)**. Tal conceito é empregado para auxiliar na explicação de processos de mudança e

também de estabilidade na produção de políticas públicas. Assim, os três modelos destacam o papel das ideias e dos interesses nos subsistemas, desenvolvendo conceitos complementares em cada caso.

Além destes três modelos de origem estadunidense, há escola francesa de análise de instrumentos de ação pública, que tem como grande expoente **Lascoumes e Le Galès (2012)**. Estes autores por entenderem que há uma gama maior de atores estatais e sociais produzindo políticas públicas, propõe o conceito de governança e de instrumentos de ação pública.

Vale ressaltar que estes quatro grandes modelos internacionais, por serem recentes, ainda passam por processos de ajustes e articulações, sobretudo por conta da aplicação de pesquisas empíricas que estão sendo feitas ao redor do mundo utilizando estas lentes teóricas (Brasil e Jones, 2020).

O Desafio da produção de políticas pública: Governança multinível

Para compreender a produção de políticas públicas em um país federativos com relações intergovernamentais que envolvem três entes federativos e diferentes atores da sociedade civil, a literatura recente tem mobilizado o conceito de governança multinível

Para **Lascoumes e Le Galès (2012)**, a governança remete a um processo de coordenação de atores, de grupos sociais e de instituições. Para os autores, “*o emaranhado de níveis, de formas de regulação e de redes de atores forçou uma revisão das concepções estatistas de intervenções públicas em benefício de sistemas de análise muito mais abertos*” (ibidem, p. 33). Em outras palavras, o processo cada vez mais complexo de produção das políticas tornou necessário ampliar o escopo das análises para além do Estado.

Em outros termos, se é verdade que, em muitas áreas de políticas, cada vez mais o *policy decision-making* encontra-se em Brasília (**Arretche, 2012**), argumento de modo complementar que, para entender os processos de produção de políticas sociais – incluindo sua implementação, que não se reduz à “execução” de ditames oriundos do nível federal –, é necessário considerar dinâmicas de **governança**

multinível, isto é, os **fluxos de decisão e de produção normativa em diferentes níveis de governo, levando em conta arenas formais e informais**.

Mesmo nos casos de políticas como saúde e assistência social, que contam com arenas institucionais específicas para a pactuação federativa de agendas – as **comissões intergestores bipartite e tripartite**, que reúnem representantes dos governos municipal, estadual e federal –, é importante analisar quais são as decisões e deliberações aí pactuadas, quem de fato possui poder de influenciar agendas (como alertado por **Palotti e Machado, 2014**).

Adicionalmente, é importante considerar que **deliberações importantes ocorrem também em arenas informais**, e envolvem, da mesma forma, **atores não estatais – dimensão pouco considerada no debate sobre federalismo e políticas sociais brasileiro, mas presente nos estudos sobre governança**.

Importante considerar o debate sobre capacidades estatais na sua variante subnacional – **Grin (2014)** e Governança e capacidades estatais a partir da abordagem dos arranjos e instrumentos de políticas públicas, de **Roberto Rocha C. Pires e Alexandre Gomide**.

Em particular no caso de grandes municípios e metrópoles, com capacidade institucional e política para adaptação, transformação e proposição de agendas com repercussão não apenas local, mas também nacional, esse tema tem especial relevância – considerando, inclusive, que experiências locais serviram, muitas vezes, como laboratórios de práticas e repositórios de aprendizagem para a construção dos sistemas nacionais (**Bichir, Brettas e Canato, 2017**). Ou seja, regras nacionais também são resultado, por vezes, de experimentações e disputas locais.

Por fim, resgatando a **dimensão horizontal da governança**, a análise da **produção de políticas públicas deve considerar categorias que deem conta tanto da complexidade dos atores estatais** – considerando **níveis de burocracia, tipos de agências e modos de organização setorial, entre outros aspectos** – quanto dos atores da sociedade civil. Em muitos casos, a capacidade estatal é coproduzida em **interações complexas entre esses atores**, conforme alertado por Lavalle e Szwako (2015).

O âmbito local é cada vez mais importante para pensar dinâmicas de governança de políticas públicas. Em nosso arranjo federativo, os municípios possuem autonomia política e administrativa como entes federados, ao lado dos estados e da União. Isso não significa, entretanto, que os municípios gozem de plena autonomia decisória em matéria de políticas sociais.

Ao contrário, cada vez mais, a produção de políticas nacionais depende, em grande medida, da capacidade de coordenação da União e dos instrumentos institucionais com que esta conta para incentivar os níveis subnacionais a seguir os objetivos gerais das políticas (Arretche, 2012; Bichir, 2011; Franzese e Abrucio, 2013). Adicionalmente, a implementação de agendas nacionais para políticas sociais também depende das capacidades institucionais locais para implementação dessas agendas, que tendem a variar de modo significativo (Bichir, 2011; Bichir, Brettas e Canato, 2017).

Análises de políticas públicas preocupadas com a dimensão da governança multinível devem superar a dicotomia top-down/bottom-up, ou, em outros termos, a defesa normativa tanto da centralização decisória no governo central quanto do nível local como potencial laboratório de inovações.

Em cada caso de política pública devem ser considerados quais são os instrumentos e as estratégias que permitem certo equilíbrio entre controle e autonomia. Como agenda de pesquisa resta, portanto, analisar o modo como regras, incentivos e instrumentos nacionalmente definidos limitam, mas não eliminam, o espaço para decisões subnacionais, que podem ocorrer, também, em espaços informais, e envolver, de modo central, atores não estatais. Simetricamente, analisar como agendas, capacidades e recursos locais – municipais e estaduais, com ênfases distintas, a depender do caso em questão – afetam a implementação de agendas nacionais.

Apesar dos avanços da literatura nacional acerca das interações entre sociedade civil e Estado, ainda faltam reflexões sistemáticas sobre quais os efeitos destas interações nas políticas públicas (Abers et al; 2018). Isso é ainda mais evidente quando verificamos a literatura de implementação (Lotta, 2012), a qual tem defendido que essa etapa consiste num processo repleto de decisões que podem

levar à reformulação da política pública e efeitos inesperados (Sabatier, 2007). Por esse motivo, autores vêm apontando para a importância de analisar o processo de implementação em nível local, focando na complexidade de interações entre os atores sociais presentes no território, considerando a distribuição de poder e responsabilidades entre eles, assim como a existência de mecanismos formais e informais de negociações (Bichir et al; 2017)

Considerações finais

A sociedade brasileira contemporânea possui problemas complexos, como a pobreza, desigualdade social, oportunidades desiguais no acesso à educação e a saúde. Para cada problema é necessária uma abordagem que articule diferentes campos do conhecimento. A interdisciplinaridade surge, portanto, para a resolução de problemas complexos.

Para atuar no enfrentamento à pobreza, não basta somente garantir um programa de transferência de renda, por exemplo, por mais importante que seja. É necessário atuar em outras dimensões, como o acesso à educação e à saúde, como faz o Programa Bolsa Família. Dessa forma, uma situação problema demanda um olhar da saúde, da educação, da segurança alimentar e da assistência social.

Para combater as desigualdades sociais é preciso ofertar um conjunto de políticas públicas que melhore a qualidade de vida da população.